

Tesouro aponta Sergipe como o estado menos endividado

Tesouro aponta menor relação DCL/RCL em Sergipe nos últimos dez anos no país

Ascom SE

Sergipe encerrou o ano de 2025 com o oitavo menor nível de endividamento entre todas as unidades da Federação.

Dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) apontam que a relação entre a Dívida Corrente Líquida e a Receita Consolidada Líquida (DCL/RCL) do estado alcançou 7,04%, o menor patamar dos últimos dez anos e muito abaixo do limite máximo de 200% estabelecido pelo Senado Federal.

Dados do indicador

As informações constam no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). O indicador coloca Sergipe como o terceiro estado menos endividado do Nordeste, ficando atrás apenas de Espírito Santo, Mato Grosso, Rondônia, Paraná, Amapá, Paraíba e Maranhão. A média nacional do índice DCL/RCL é de aproximadamente 40%, o que reforça a solidez fiscal sergipana.

O levantamento considera a relação entre a Dívida Consolidada Líquida, que representa o saldo entre a dívida total do Estado e a disponibilidade de caixa, e a Receita Corrente Líquida, formada pelo somatório dos tributos, transferências federais e demais receitas correntes arrecada-



A Dívida Consolidada Líquida de Sergipe (DCL) alcançou R\$ 1,15 bilhão

dadas, excluídas as transferências constitucionais aos municípios, incluindo o Fundeb, e as obrigações previdenciárias.

Redução visível

A Dívida Consolidada Líquida de Sergipe atingiu R\$ 1,15 bilhão no último quadrimestre de 2025, o que representa uma redução de 67,5% em comparação a 2022, quando o montante era de R\$ 3,54 bilhões. Naquele ano, a relação DCL/RCL chegou a 31,38%, demonstrando o avanço

significativo alcançado nos últimos anos.

O esforço do Governo do Estado para assegurar o equilíbrio das finanças públicas tem resultado em melhora contínua dos indicadores fiscais.

Em 2023, a DCL foi reduzida para R\$ 2,88 bilhões; em 2024, caiu para R\$ 1,76 bilhão; até atingir o patamar atual. Já o nível de endividamento recuou de 22,9% em 2023 para 11,56% em 2024, alcançando 7,04% em 2025.

A secretária de Estado da Fazenda, Sarah Tarsila, destaca que os números refletem o compromisso da gestão com a responsabilidade fiscal. “Esses indicadores garantem que o Estado honre seus compromissos, mantenha o pagamento dos servidores em dia, financie políticas públicas e realize investimentos, além de manter abertas as portas para operações de crédito quando necessário”, afirma.

A boa gestão fiscal de Sergipe tem sido reconhecida nacional-

mente. Em 2025, o Estado conquistou pela segunda vez a nota A na avaliação da Capacidade de Pagamento (Capag), realizada pela STN, permitindo acesso a operações de crédito com garantia da União.

Lei Complementar nº 397

Entre os fatores que contribuíram para o resultado está a aprovação da Lei Complementar nº 397, em dezembro de 2023, que instituiu o Marco Fiscal Estadual.

A legislação estabelece regras modernas de controle das contas públicas, equilíbrio entre receitas e despesas, acompanhamento de políticas sociais e preservação da Capag.

Outro avanço foi a reestruturação da dívida estadual, viabilizada por operação de crédito junto ao Banco Mundial, que permitiu substituir empréstimos com juros mais altos por uma nova dívida com prazos maiores e parcelas menores, gerando economia estimada em R\$ 100 milhões já no primeiro ano. Além disso, Sergipe foi reconhecido com a quarta melhor gestão fiscal do país no Ranking de Competitividade dos Estados 2025 e recebeu nota AAA da agência internacional Fitch.

RN recebe imunizantes contra infecções

Dados do Ministério da Saúde apontam que, no ano passado, 243 crianças com menos de dois anos de idade foram diagnosticadas com bronquiolite que evoluiu para Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Do total de casos registrados, três evoluíram para óbito, o que acende um alerta para os riscos das doenças respiratórias nessa faixa etária, considerada a mais vulnerável.

Sobre as doenças

A bronquiolite é uma infecção viral aguda que atinge principalmente crianças pequenas, sendo causada, na maioria dos casos, pelo vírus sincicial respiratório (VSR). A doença provoca inflamação das vias aéreas inferiores e pode levar a quadros graves de insuficiência respiratória, exigindo internação hospitalar e, em situações mais críticas, suporte intensivo.

Maiores riscos

Segundo especialistas do

Ministério da Saúde, bebês prematuros, crianças com doenças cardíacas, pulmonares ou com sistema imunológico comprometido apresentam maior risco de agravamento.

No entanto, mesmo crianças sem comorbidades podem desenvolver formas severas da doença, especialmente nos primeiros meses de vida.

Os registros de SRAG associados à bronquiolite reforçam a importância da vigilância epidemiológica e do diagnóstico precoce. A identificação rápida dos sintomas, como dificuldade para respirar, chiado no peito, febre persistente e recusa alimentar, é fundamental para evitar complicações.

O Ministério da Saúde também destaca que a circulação do vírus costuma ser mais intensa em períodos de sazonalidade, especialmente nos meses mais chuvosos ou frios, quando há maior permanência em ambientes fechados.

Por isso, medidas preventivas seguem sendo recomendadas, como a higienização frequente das mãos, a limpeza de superfícies, a ventilação adequada dos ambientes e a restrição de contato de bebês com pessoas gripadas.

Importância do acompanhamento

Além disso, a pasta reforça a importância do acompanhamento regular na atenção primária à saúde e da atualização do calendário vacinal, que contribui para reduzir internações por doenças respiratórias associadas a infecções virais e bacterianas.

Para reduzir o impacto da bronquiolite e de outras síndromes respiratórias graves e tratáveis, o Ministério da Saúde mantém estratégias elaboradas para o monitoramento, capacitação de profissionais e ampliação da assistência hospitalar pediátrica, com foco na prevenção de óbitos evitáveis e na proteção da primeira infância.

Divulgação Sesap



O anticorpo deve ser administrado nas unidades de saúde